

RECENSÃO CRÍTICA

(Artigo de Ricardo Teixeira Duarte, publicado *online* _ Springer Science +Business Media, LLC 2012/J Mari Arch (2012))

Maritime History in Mozambique and East Africa: The Urgent Need for the Proper Study and Preservation of Endangered Underwater Cultural Heritage - Ricardo Teixeira Duarte (online on the 8th of June 2012)

A presente *Recensão Crítica* do artigo intitulado *Maritime History in Mozambique and East Africa: The Urgent Need for the Proper Study and Preservation of Endangered Underwater Cultural Heritage*, publicado *online* no passado dia 8 de Junho, pelo Dr. Ricardo Teixeira Duarte, visa apresentar uma posição distinta da exposta pelo autor sobre o conceito de “Conservação do Património Arqueológico Subaquático” e “Mitigação”, especificamente na região norte de Moçambique.

Importa ressaltar que não procuramos fomentar discórdias académicas ou pessoais – trata-se de uma *Recensão Crítica* -, nem alimentar controvérsias sobre um tema tão delicado e profundo como é o da Preservação do Património (seja este edificado ou arqueológico, subaquático ou terrestre). Além dos códigos deontológicos a que todos nós, arqueólogos, devemos estar sujeitos, cumpre-nos igualmente assumir humildade científica e procurar cooperação interinstitucional, se tal se revelar um potencial subsídio (logístico, humano e científico) para a avanço da ciência e, neste caso, para a construção do incomensurável processo histórico mundial (e não apenas da costa oriental africana ou do “Índico”).

Tendo em consideração esta postura, não poderíamos deixar de reflectir sobre a posição inflexível (senão mesmo fundamentalista) de alguns acérrimos defensores da subscrição da *Convenção de 2001 da UNESCO para a protecção do Património Cultural Subaquático*, mesmo quando, por vezes, parecem desconhecer a realidade a que se referem. A título de exemplo, o suporte de opiniões de terceiros relativas ao Património Arqueológico Subaquático da Ilha de Moçambique, como é, lamentavelmente, o artigo do Dr.

Paul J. Lane, que se limita a reiterar as afirmações do Dr. Ricardo Teixeira Duarte sobre o património subaquático da Ilha de Moçambique - no que mais parece ser “uma perseguição inquisitorial”, dado que se depreende nunca ter testemunhado pessoalmente o que designa por “vandalização/destruição” daquele património pela empresa *Arqueonautas*. Além disso, com tal posição, desrespeita também, sem qualquer tipo de sustentação pessoal ou mesmo académica, o trabalho de alguns colegas de profissão, cujo *curriculum*, ao nível da investigação arqueológica subaquática e da condução de operações do género, em todo o mundo, faria ‘sombra’ a alguns dos mais proeminentes “arqueólogos de gabinete”.

Sem mais, passemos aos comentários que nos apraz fazer em relação, primeiramente, à realidade da investigação arqueológica em Moçambique:

Parece-nos oportuno referir que o estado da investigação arqueológica em Moçambique se encontra numa fase muito incipiente, não havendo ainda, no cômputo geral, trabalhos de fundo completos sobre o país. Carl Wiese foi um dos arqueólogos pioneiros a realizar estudos arqueológicos nesta antiga colónia portuguesa, no dealbar do século XX (*Macamo*, 2006). Seguiram-se-lhe outros, como Santos Júnior, O. Rosa de Oliveira, Alberto Pereira ou Mendes Corrêia até aos anos 50/60. Já depois da Independência Nacional, em 1975, a arqueologia tem sido praticada dentro de um paradigma cujo objectivo é a reconstrução histórica dos aspectos das comunidades agrícolas (*Idade do Ferro*) dos últimos dois milénios (*Sinclair*, 1986). A partir desta altura, surgiu o *Departamento de Arqueologia e Antropologia* da Universidade Eduardo Mondlane, havendo outros investigadores, como L. Adamowicz, ou Solange Macamo, que têm vindo a estudar algumas áreas do país. Esta pesquisa tem contribuído para trazer à luz novas perspectivas, devido ao conjunto de sondagens e escavações que vêm realizando em sítios pontuais no sul, centro e norte do país, especialmente na província de Nampula, sendo esta, de longe, a mais intensamente estudada e conhecida em termos arqueológico-antropológicos. Resta referir que o conhecimento da realidade arqueológica do país se fica muito a dever a arqueólogos estrangeiros de renome internacional, como J. Morais, P. Sinclair, D.W. Phillipson, L. Adamowicz, entre outros.

Contudo, a manifesta escassez de bibliografia disponível no país e colocada à disposição dos investigadores não facilita a alteração deste quadro, conforme tivemos oportunidade de constatar no âmbito do nosso trabalho de pesquisa.

Por último, importa salientar que a ausência de cartas e mapas arqueológicos com indicações de coordenadas, ou com maior precisão, contribui para dificultar a localização exacta das estações arqueológicas já identificadas antes e após a Independência Nacional, havendo apenas escassos mapas imprecisos e lacunares. Assim, além da escassez documental, o maior óbice ao desenvolvimento da arqueologia em Moçambique é, indubitavelmente, a falta da *Carta Arqueológica*, instrumento fundamental para perceber o relacionamento entre as várias populações, muito antes da chegada dos europeus e, assim, reconstituir paulatinamente uma história nacional completa. Não deixa de ser curioso que, apesar das vicissitudes apontadas pelo Dr. R. T. Duarte relativamente à *Arqueonautas* (AWW), as duas únicas cartas arqueológicas existentes no país são:

- a *Carta Arqueológica Marítima da Província de Nampula*, fruto de anos de sondagens e de pesquisas intensivas levada a cabo pela AWW (publications.aww.pt), no século XXI;

- e a *Carta da Pré-história de Moçambique*, um documento de 1950 (Santos Júnior, 1950).

É inegável que, como consequência de uma longa guerra civil, o país e a população continuam a enfrentar um conjunto de privações elementares, do que resulta que a cultura e a investigação científica ainda não são a prioridade do Governo, sendo parcos os fundos para esse domínio. Daí a necessidade de se procurar parceiros de cooperação que possam contribuir para que tão valioso património não se perca irreversivelmente às mãos de turistas incautos e ávidos de coleccionar objectos ‘antigos’, como constata o Dr. R. T. Duarte: “*On the contrary, uncoordinated scuba diving tourism development in the region and other economic activities (...) are together significant threats to this heritage in Mozambique. Insufficiently educated tourist agents and scuba diving*

professionals think to pick up objects under water in order to make additional money from their work”.

A indústria do turismo é uma das mais florescentes no país e deve ser incrementada. Mas, neste aspecto, o autor tem toda a razão, e quem vive na Ilha de Moçambique observa facilmente que, em qualquer praia ou tenda de artesanato, se transaccionam inúmeros artefactos históricos, que chegam por duas vias:

- ou dão à costa devido ao movimento constante de correntes, marés e ventos (como é o caso das missangas que, às dezenas, vão aparecendo na areia das praias);

- ou, no mais aterrador dos casos, são artefactos recolhidos de naufrágios que se encontram na baía e que, no período da baixa-mar, chegam a ficar expostos (não apenas à mercê dos pescadores que por apneia os apanham, mas também sujeitos ao acelerado processo de destruição resultante das constantes mudanças de temperatura, humidade e outros factores que ora os conservam, ora os destroem).

Perante tal cenário, é imperioso agir: fazer pesquisas bibliográficas e arquivísticas, prospecção, detecção, registo e, *in extremis*, escavação, tal como também afirma o Dr. R. T. Duarte.

É verdade que, entre 1996 e 1999, investigadores moçambicanos (presumivelmente o próprio autor) e colegas norte-americanos desenharam um ambicioso programa de salvaguarda e pesquisa deste património subaquático ao redor da Ilha. Contudo, em três anos, apenas parecem ter localizado dois naufrágios (segundo o mapa apresentado no artigo), não fizeram quaisquer publicações (?), nem apresentaram metodologias, *timings* e objectivos para o dito programa que haviam desenhado. Efectivamente, a *Arqueonautas* (em consórcio de cooperação institucional com a empresa *Património Internacional (PI)* – cujo 80% do seu capital é do Governo Moçambicano), identificou em 10 anos – como está bem patente e transparente na sua página *web* - 40 sítios arqueológicos, 22 dos quais nas imediações da Ilha de Moçambique e os restantes 18 distribuídos em 4 áreas localizadas entre o norte de Nacala e o sul da Ilha do Fogo, numa extensão que corresponde apenas à costa da província de Nampula. Note-se ainda que, seguindo os princípios propostos pela *Carta*

de *Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático - 2001*, no seu artigo 2, alínea 5 (*A preservação in situ do património cultural será considerada opção prioritária antes de ser autorizada ou iniciada qualquer intervenção sobre o património*), dos naufrágios históricos identificados e cartografados pela AWW, escavaram-se apenas 6, devido ao risco de vandalização e pilhagem de que vinham a ser alvo por equipas de caçadores de tesouros sul-africanos e por pescadores, mergulhadores e turistas.

Ao contrário do que o autor afirma, a *Arqueonautas* regeu-se por objectivos claros e seguiu um programa arqueológico-científico, o qual incluiu a realização de uma *Carta Arqueológica Marítima*, como já referido, disponível para quem necessitar de consultar quaisquer dados relevantes para futuros estudos.

Acresce que, seguindo uma contínua linha de descrédito à *Arqueonautas*, o Dr. R. T. Duarte afirma que os 6 naufrágios escavados pela AWW eram os que continham maiores valores: (...) *have conducted excavations have yielded gold or silver objects and collections of finds valuable for commercial sale*. Apenas dois exemplos do contrário: a escavação arqueológica do naufrágio designado por IDM-003, possivelmente *Nossa Senhora da Consolação* (1608), realizou-se durante dois períodos de investigação (em 2005 e em 2006), num total de 279 dias de mergulho, realizando 2.283 mergulhos, totalizando 4357.16 horas de imersão (equivalente a 26 semanas debaixo de água). A colecção completa de 309 artefactos foi integralmente doada ao *Museu de Marinha da Ilha de Moçambique* e o estudo académico da estrutura de madeira encontra-se bastante avançado. Esta escavação foi feita sabendo-se já, através da pesquisa histórico-arquivística, que este naufrágio não possuía qualquer “tesouro”, o qual havia sido resgatado aquando do afundamento do navio. A razão para escavar o IDM-003 foi puramente académica, dado que se esperava que uma grande parte do casco do navio se encontrava por debaixo das pedras de balastro.

A escavação arqueológica do naufrágio designado por IDM-010, um navio não identificado e datado aproximadamente de 1850, fez-se durante uma campanha completa de escavação (2006) num total de 45 dias de mergulho, realizando-se 328 mergulhos, num total de 545.33 horas de imersão. A

colecção completa de 601 artefactos continua em processo de tratamento e conservação. A razão que levou à escavação deste naufrágio foi a situação alarmante de muitos desses artefactos estarem a ser vendidos a turistas na Ilha. De facto, escavaram-se naufrágios em risco de pilhagem e o “ouro e prata” encontrados, bem como todas as peças únicas, foram entregues à tutela do Ministério da Cultura, nomeadamente ao Museu de Marinha da Ilha de Moçambique, repositório da maior colecção de porcelana chinesa da dinastia *Ming* em território oriental africano, museu cuja reabilitação foi também financiada pelo consórcio *PI/AWW*. Além do espólio, tão aparentemente “cobiçado”, de ouro e prata, destacam-se outros artefactos recolhidos e devidamente catalogados, de materiais diversos e de diferentes proveniências, encontrando-se todos devidamente tratados, conservados e expostos no *Centro de Conservação Marítima* da Ilha de Moçambique (edifício igualmente reabilitado pelo consórcio *PI/AWW* para promover os adequados procedimentos científicos de conservação deste tipo de espólio arqueológico). Este conjunto de artefactos representa uma mais-valia para a compreensão do tipo de comércio e de transacções comerciais existentes na Ilha de Moçambique e na costa oriental africana ao longo dos séculos. Quanto maior for a diversidade do espólio, mais consolidado será o conhecimento dos diferentes eventos/momentos que fizeram a História do país, compreendendo-se não apenas as relações comerciais marítimas entre povos de diferentes continentes, mas também relações políticas, sociais, étnicas, culturais e outras.

Do texto em análise sobressai também a alusão ao facto de a *AWW* centrar a sua pesquisa na detecção de navios europeus dos séculos XVI a XIX (*At all these sites are the remains of European wrecks, dating between the sixteenth and the nineteenth centuries, indicating the intent behind the survey objectives: a limited focus on a specific period in history, when European vessels traded valuable goods and carried currency*). Estamos em crer que o autor terá feito esta afirmação irreflectidamente, pois em todos os domínios científicos existem especialistas por áreas ou, no caso da História-Arqueologia, por épocas concretas.

Mais útil seria se, dentro de um espírito puramente científico, buscasse o autor factos e argumentos, ao invés de conjecturar ou utilizar dados em segunda ou terceira mão, sem se certificar da sua validade.

A Ilha de Moçambique foi ocupada inicialmente pela população indígena africana apenas como local de exploração pesqueira, já que habitava no continente zonas nas imediações de cursos de água potável e com solos próprios para a agricultura. Porém, a sua propícia localização geográfica cedo se tornou um dos centros nevrálgicos de comércio praticado por povos oriundos de outras regiões, como persas, turcos, indianos, indonésios e sobretudo árabes. Estes detinham o monopólio do transporte de mercadorias e a sua miscigenação com os povos locais de origem *bantu* originou uma civilização bem estruturada social e politicamente, que se fixou na costa oriental africana e em arquipélagos adjacentes: o povo Swahili, que tantos autores, anteriormente ao Dr. R.T. Duarte, têm vindo a referir. Veja-se, a título de exemplo, o trabalho de pesquisa realizado por O. Rosa de Oliveira, na década de 60 do século passado, que demonstra, através de indícios arqueológicos, terem existido várias sociedades organizadas em estados, reinos ou chefaturas da época pré-europeia. Estas sociedades deixaram vestígios de construção de amuralhados, que traduzem uma organização social estratificada hierarquicamente e com poder económico considerável, graças, em boa parte, ao comércio com o exterior, nomeadamente com os árabes, egípcios e outros povos da África do Norte, do Médio Oriente e da Ásia. Neste contexto, é importante referir que foi recolhida uma figura egípcia de *Usbaté*, a sul do rio Zambeze, denunciando o provável intercâmbio comercial entre os antigos habitantes da África Austral e o Egipto (Oliveira, 1960).

Todavia, com o advento das grandes navegações ultramarinas europeias, nomeadamente da portuguesa, encetou-se uma nova fase da história da Ilha e do mundo.

Em 1498 ali aportou a frota de Vasco da Gama, primeiro navegador português a pisar solo moçambicano, aquando da viagem marítima que inaugurou a ligação directa da África Austral à Índia. Esta viagem, sem se

pretender retirar importância à História pré-europeia desta região, iniciou o fenómeno da globalização.

Deste modo, o século XVI representa o dealbar do domínio português nas rotas comerciais do Índico, tendo a Ilha de Moçambique sido escolhida como principal base, em 1507, pela decisiva importância do seu porto. Era administrada por Goa (outra praça portuguesa) e servia como escala para reabastecimento e reparação das naus portuguesas da *Carreira das Índias* (Albuquerque, 1978), como local de comércio (onde navios indianos aí trocavam têxteis e especiarias por ouro e marfim) e, ainda, como base da armada que protegia a extensa costa controlada por Portugal. Note-se que, nesta fase, os portugueses afastaram consideravelmente a presença árabe, surgindo, então, os primeiros conflitos com as populações, que culminaram com a transferência do xecado para Sancul (Mossuril) e mais tarde para Quitangonha, em 1515 (Medeiros, 1999). Foi também nesta altura que se acentuou a miscigenação entre mouros brancos, indígenas negros e portugueses.

Com esta breve resenha histórica, pretendemos corroborar, uma vez mais, a posição tomada pelo autor quando procura trazer à luz maiores conhecimentos sobre o passado pré-europeu da Ilha de Moçambique e dos povos que aí se estabeleceram. Mas, sobretudo, queremos reiterar que discordamos veementemente da sua opinião quando defende que o comércio local seria maior ou mais florescente do que o europeu, mostrando-lhe que não apenas conhecemos o contexto histórico dos naufrágios que estudamos, como consideramos inaceitável que o mesmo autor se manifeste absolutamente contra a investigação arqueológica subaquática do período europeu, alegadamente por considerar que este se sobrepõe ao estudo arqueológico ao qual dedica maior interesse – o pré-europeu. Na verdade, e como confirma no seu artigo, já Quirino da Fonseca (1972) havia feito pelo menos três pesquisas arqueológicas em redor da Ilha de Moçambique em busca de vestígios arqueológicos subaquáticos, tendo encontrado alguns junto ao Ilhéu de São Lourenço e outros junto à Fortaleza de São Sebastião. O próprio afirma que, dos poucos artefactos recolhidos, a maioria terá proveniência europeia,

existindo alguns, poucos, cujas características invulgares permitiram aventar a possibilidade de pertencerem a navios de períodos anteriores. Porém, apenas sugeriu essas hipóteses, justificando que, apesar desses pressupostos, não fora possível confirmá-los. Adiantou ainda que parecia que alguns destroços se sobrepunham a outros, em boa parte graças à força das correntes que teriam arrastado muitos dos artefactos dos seus locais de naufrágio para áreas de confluência de correntes, como é o caso do canal defronte à Fortaleza de São Sebastião. Logo, não nos parece plausível nem aceitável que se acuse a AWW de negligenciar este tipo de informações, dado que no caso de se verificarem tais sobreposições, todos os cuidados serão tomados para evitar colocar em risco qualquer dos naufrágios (dos mais antigos aos mais recentes).

O Dr. R. T. Duarte afirma ainda que desde que a AWW começou a trabalhar em Moçambique, em 1995 – outra contradição e inverdade, pois começou em 1999 – (como o próprio também ressalva, *Unfortunately, just at this time, in 1999, a decision was made by the Mozambican Government to develop an extensive program for (...) UCH recovery at Mozambique Island and a ca. 700 km long stretch of northern Mozambique coast with a Portuguese (...) company, Arqueonautas, S.A.*), nenhuma publicação se fizeram dos trabalhos realizados e os que aparecem *online* são apenas “relatórios intermédios”, “relatórios de sondagem”, etc, mas nenhum relatório final... Esta é outra afirmação extremamente incauta e reveladora de alguma insciência por parte do autor, que parece ignorar que, por vezes, a busca de informação, a pesquisa, a prospecção e a escavação podem levar anos até ficarem concluídas. A ciência não pára e a História não se escreve em “3 dias” em pequenos artigos com pretensões a teses sobre um pequeno número de naufrágios estudados. E se tivermos em conta a afirmação seguinte: *The underwater archaeology of Mozambique Island, like many other historically important bays and places in East Africa, cannot be considered in terms of investigating only isolated wrecks but must be seen as a study of a complex succession of deposits from centuries of local trade activity and urban development distributed in space and depth, and whose long-term careful study is fundamental to reconstruct local and regional history*, podemos ainda constatar outra das várias contradições em que incorre este artigo. Assim, e de

acordo com as palavras do autor, certamente, votamos atenção ao enquadramento histórico dos naufrágios que estudámos, bem como às colecções encontradas naqueles que escavámos, pois só assim se poderá chegar futuramente a conclusões de vulto e, necessariamente, a fazer publicações que vão muito além do que o autor chama de “descrições de artefactos” ou “relatórios intermédios”.... Teremos a humildade científica de procurar reconstituir um pequeno pedaço do *puzzle* que é a História, fundamentada na arqueologia subaquática. Mas também não podemos fazê-lo apenas *online*, porque é importante que a comunidade científica verifique que as metodologias a que recorreremos durante as operações são válidas e responsáveis. É necessário que se reconheça a qualidade científica dos profissionais que colaboram neste processo de investigação, é essencial que se compreenda a importância das pesquisas realizadas para melhor se conhecer o passado e, acima de tudo, que se valorize o esforço humano, intelectual e financeiro empreendidos nesta missão e que não se menospreze o profissionalismo de pessoas que dedicaram toda uma vida a este tipo de estudos. Mas a própria comunidade científica deve procurar manter um espírito de cooperação e de troca de saberes. Só assim avançará a ciência e a própria Humanidade!

Por essa razão, por nada haver a ocultar e por nos pautarmos pela transparência, mostrámo-nos abertos à cooperação inter-institucional, tanto ao nível logístico, como ao nível de recursos humanos. Mas, como declara, os investigadores moçambicanos recusaram toda e qualquer cooperação – “regidos por um estrito código deontológico”, que, aparentemente, não terá impedido o autor de levantar falsídias e conjecturas infundadas.

Como pode o autor deste artigo dizer que recusou a cooperação com os profissionais da *AWW* e, simultaneamente, afirmar que *não formulámos “objectivos de pesquisa”, que não temos interesse no contexto histórico dos sítios, que destruimos informação relativa aos contextos arqueológicos dos sítios e ainda que possuímos uma falta evidente de conhecimento sobre o contexto histórico local que conduziu a erros de abordagem aos artefactos arqueológicos?*

Além dos aspectos por si apontados e agora rebatidos, cumpre-nos ainda comunicar que, contrariamente ao que afirma - *After select salvage activities, the sites are abandoned without follow-up interventions regarding further analysis and protection, or even stabilization measures* -, após as sondagens ou qualquer tipo de intervenção realizada *in situ*, todos os sítios são devidamente protegidos e salvaguardados, recorrendo a vários métodos de preservação e até monitorização, como a que temos vindo a realizar periodicamente nos ínfimos naufrágios que foram escavados na baía da Ilha de Moçambique. Para tal, recorreremos a frequentes mergulhos de controlo dos sítios (mas como a sua deontologia profissional o impediu de aceitar a nossa proposta de cooperação científica, obviamente não poderá conhecer o que fazemos!).

Para corroborar o acima exposto, segue-se uma listagem de acções de salvaguarda e monitorização que temos vindo a realizar, bem patentes nos relatórios entregues ao Ministério da Cultura (MC) e publicados no nosso *site*:

Protecção dos sítios pós-intervenção:

Todos os sítios investigados pela AWW, mesmo aqueles onde apenas se efectuaram sondagens, foram deixados com protecção. As estações arqueológicas foram recobertas com sedimentos e/ou pedras de balastro (quando aplicáveis), a fim de diminuir a degradação dos materiais pela exposição indesejável a ambientes enriquecidos por reoxigenação, e colocados ânodos sacrificiais em objectos de ferro de maiores dimensões com o mesmo propósito. Estes procedimentos foram atempada e cuidadosamente reportados ao MC nos nossos relatórios de campanhas sazonais, de que se seguem alguns exemplos:

- *Archaeological Survey Report 2003-2004, Republic of Mozambique, Province of Nampula*", pp. 12, 25, 36 e 63 (Mirabal, 2004).

- *Intermediate Report on Underwater Archaeological Excavations off the Island of Mozambique and Mogincual, from April to November 2005*, p. 32 e 71 (Mirabal, 2005).

- *Interim Report on Underwater Archaeological Excavations off the Island of Mozambique and Mogincual, from March to November 2006*, p. 21 (Mirabal, 2006).

- *Intermediate Report of the Underwater Archaeological Survey on the Island of Mozambique. From May to September 2009*, pp. 3, 4, 8, 9 e 10 (Mirabal, 2009).
- *Closing the archaeological station of the shipwreck of the Espadarte, 1558 (IDM-002), at Ilha de Mozambique 2009 – Relatório completo de 9 páginas exclusivamente sobre este assunto* (Mirabal, 2009).
- *Report of the Espadarte (1558) shipwreck (IDM-002), Mozambique 2010*, pp. 19, 20 e 21 (Mirabal, 2010)
- *Intermediate Report of the Underwater Archaeological Survey on the Island of Mozambique and Ilhas Primeiras. From March to July 2010*, p. 16, (Mirabal, 2010).

Monotorização dos sítios:

Visitas regulares aos sítios previamente encontrados/detectados pela AWW têm sido realizadas como parte integrante do nosso projecto. Em vários relatórios, estas visitas subsequentes têm sido devidamente comunicadas e feita a descrição das condições/estado dos sítios, além de se fazerem várias recomendações. Alguns exemplos de relatórios sazonais entregues ao MC e que contêm tais informações são os seguintes:

- *Intermediate Report on Underwater Archaeological Excavations off the Island of Mozambique and Mogincual, from April to November 2005*, p.6 (Mirabal, 2005).
- *Interim Report on Underwater Archaeological Excavations off the Island of Mozambique and Mogincual, from March to November 2006*, p. 26 (Mirabal, 2006).
- *Intermediate Report on Underwater Archaeological Survey off the Island of Mozambique and Mogincual, from April to September 2008*, p. 12 (Mirabal, 2008).
- *Intermediate Report of the Underwater Archaeological Survey on the Island of Mozambique and Ilhas Primeiras - From March to July 2010*, pp. 6, 8-12, 14 e 15 (Mirabal, 2010).
- *Monitoring Report of the Present Conditions of the NAC-002 wreck site at Quissimajulo Bay - April 2012 – Relatório completo* (Mirabal, 2012).

- *Marine Archaeological Survey, Nampula Province, Republic of Mozambique, April to July 2012 - Intermediate Report (05/04/12 to 13/07/12), pp. 24 e 25 (Mirabal, 2012).*

Ao declarar que *After select salvage activities, the sites are abandoned without follow-up interventions regarding further analysis and protection, or even stabilization measures*”, o Dr. R.T.Duarte está deliberadamente a ignorar informação fornecida nos relatórios acima listados ou a confirmar que nem se terá dado ao trabalho de os ler, facto que não o impede de fazer julgamentos sobre o nosso trabalho.

Poderá ainda o autor informar-se junto do Ministério da Cultura sobre as acções de sensibilização para a salvaguarda do Património Arqueológico Subaquático que temos vindo a realizar na Ilha de Moçambique, e sobre os Cursos de Formação que temos vindo a ministrar sobre *Conservação e Restauro de Materiais Arqueológicos Subaquáticos* para estudantes locais e funcionários do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM). Estamos convictos de que, se contactar as entidades certas, poderá obter tais esclarecimentos que chegam ao Ministério da Cultura anualmente, seguindo as directrizes legais e cujo canal é o GACIM.

Como se pode depreender, os profissionais da *PI/AWW* lêem e estudam o que por cá se vai fazendo e escrevendo no âmbito da Arqueologia (subaquática e terrestre) e da História local e mundial. Não se trata de um conjunto de bandidos como aqueles a quem, insultuosa e indignamente, nos comparou e que operavam nos anos 70 e 80 do século XX neste país.

O Dr. R. T. Duarte insiste em levantar falsos testemunhos e em denegrir todo o tipo de entidades (até o próprio Governo Moçambicano) de modo a que prevaleça a sua opinião e a sua proposta de “mitigação” para a preservação do Património Arqueológico Subaquático. Apenas a título de nota, importa recordar que nem os EUA (entre uma lista infindável de outras nações) são signatários *Convenção de 2001 da UNESCO*. E a pergunta que se coloca é: porquê? Bom tema para reflexão!

Apostado em denegrir a imagem da *AWW*, por vezes com métodos pouco ortodoxos, o autor tem promovido (em conjunto com alguns dos apoiantes da sua posição...) várias reuniões na Ilha de Moçambique com os líderes de

opinião locais, para persuadir a população a rebelar-se contra as pesquisas da AWW - e, em última análise, do Governo representado pela PI -, nomeadamente através da redacção de *pareceres*, e incitando-os a “fazer o levantamento/identificação de todos os sítios arqueológicos subaquáticos nas imediações da Ilha de Moçambique”... sendo que, para tal, houve fundos para oferecer, inclusive, um GPS e uma Máquina Fotográfica Subaquática a este grupo focal. A particularidade que é nenhuma das pessoas que compunham o dito grupo focal possuía formação especializada: nenhum arqueólogo, nenhum cientista, nenhum historiador e nenhum mergulhador profissional!

Para concluir, resta unicamente recordar que vários são os países que não subscreveram a *Convenção de 2001 da UNESCO para a Protecção do Património Cultural Subaquático*, não porque não haja pontos de concordância, mas sobretudo pelos pontos de discordância que os seus promotores se recusam a repensar.

Bibliografia:

AAVV, 2000. *História Geral de Moçambique - parte I – Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885*, Vol. I, Direcção de Carlos Serra, Livraria Universitária, Maputo.

Albuquerque, Luís de, 1978. *Escalas da Carreira da Índia*, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Série Separatas, Lisboa.

Adamowicz, L., 1986. *Contribuição para o conhecimento da arqueologia entre os rios Lúrio e Ligonha, Província de Nampula*, Projecto CIPRIANA 1981/86. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, DAA/UEM, 3. 1987: 45-144, Maputo.

ARPAC, s/d. *Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas da Província de Moçambique*.

Dellinger, Dieter, 1986. *A grande Nau da Carreira das Índias*, in *Revista da Marinha*, Nr. 789, Lisboa.

Duarte, R.T., 1987. *Contribuição para o Estudo dos Grupos Populacionais em Moçambique*, *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, UEM, n.º 4: 19-30, Maputo.

Duarte, R.T., 1987. *Moçambique e o Índico – Evidências arqueológicas do passado de Moçambique na sua relação com a História dos contactos comerciais entre os diversos povos do Oceano Índico*, Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, DAA/UEM, 3, pp. 4-20, Maputo.

Duarte, R.T., 1988a. *Arqueologia da Idade do Ferro em Moçambique (1974 a 1988)*, Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, UEM, n.º 5: 57-74, Maputo.

Duarte, R.T., e Maria da Luz, 1988b. *Arte Rupestre em Moçambique (sobre 5 dos mais belos painéis)*, Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, UEM, n.º 5: 75-81, Maputo.

Duarte, R.T., 2010. *Arqueologia na Costa Moçambicana*, In Revista “M de Moçambique – Turismo, Cultura e Desporto”, n.º 2 – Maio/Junho, Maputo.

Duarte, R.T., 2012. *Maritime History in Mozambique and East Africa: The Urgent Need for the Proper Study and Preservation of Endangered Underwater Cultural Heritage*, Springer Science+Business Media, LLC 2012/J Mari Arch.

Fonseca, Pedro Quirino da, 1972. *Algumas Descobertas de Interesse Histórico- Arqueológico na Ilha de Moçambique*, in *Monumenta*, Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique, n.º8, Moçambique.

Henriksen, T.H., 1978. *Mozambique – a History*, Rex Collings, London.

IGESPAR, 2007. *Ilha de Moçambique*, Boletins Informativos, Lisboa.

Lobato, Alexandre, 1967. *A Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa.

Macamo, S., 2006. *Privileged Places in South Central Mozambique: the Archaeology of Manyikeni, Niamara, Songo and Degue-Mufa*, (Studies in Global Archaeology 4), PhD Thesis, Uppsala University - Department of Archaeology and Ancient History, Uppsala.

Mattoso, José, 1992. *História de Portugal*, vols. I e II, Lisboa.

Medeiros, Eduardo, 1999. *Irmandades Muçulmanas do Norte de Moçambique*, in ANGIUS - **Matteo e ZAMPONI, Mário**, *Ilha de Moçambique. Convergência de Povos e Culturas*, AIEP editore, San Marino.

Mirabal, Alejandro J., 2004. *Archaeological Survey Report 2003-2004, Republic of Mozambique, Province of Nampula*", pp. 12, 25, 36 e 63, Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2004. *Marine Archaeological Survey, Nampula Province, Republic of Mozambique, September to December 2004, Third Interim Report*, , Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2005. *Intermediate Report on Underwater Archaeological Excavations off the Island of Mozambique and Mogincual, from April to November 2005*, pp. 6, 32 e 71 Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2006. *Interim Report on Underwater Archaeological Excavations off the Island of Mozambique and Mogincual, from March to November 2006*, pp. 21 e 26, Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2008. *Intermediate Report on Underwater Archaeological Survey off the Island of Mozambique and Mogincual, from April to September 2008*, p. 12, Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2009. *Intermediate Report of the Underwater Archaeological Survey on the Island of Mozambique. From May to September 2009*, pp. 3, 4, 8, 9 e 10, Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2009. *Closing the archaeological station of the shipwreck of the Espadarte, 1558 (IDM-002), at Ilha de Mozambique 2009*, Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2010. *Report of the Espadarte (1558) shipwreck (IDM-002), Mozambique 2010*, pp. 19, 20 e 21, Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2010. *Intermediate Report of the Underwater Archaeological Survey on the Island of Mozambique and Ilhas Primeiras. From March to July 2010*, pp. 6, 8-12, 14, 15 e 16, Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2012. *Monitoring Report of the Present Conditions of the NAC-002 wreck site at Quissimajulo Bay (April 2012) – Relatório completo*, Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Mirabal, Alejandro J., 2012. *Marine Archaeological Survey, Nampula Province, Republic of Mozambique, April to July 2012 - Intermediate Report (05/04/12 a 13/07/12)*, pp. 24 e 25, Relatório ao Ministério da Cultura, Maputo.

Morais, J. M. F., 1989. *O Princípio e o Presente: a arqueologia na redescoberta do passado em Mocambique*, Revista ICALP, vol. 18, 74-92, Lisboa.

Murteira, A. A. Martins, 2006. *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês – 1595-1625*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Oliveira, Octávio Rosa de, 1960. *Breve notícia sobre arqueologia de Manica e Sofala (Moçambique)*, Notícias e Comunicações, Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 78ª, n.º 7-12, pp. 381-385, Lisboa.

Phillipson, D. W., 1977. *The Later Prehistory of Eastern and Southern Africa*, Heinemann, London.

Rodrigues, Eugénia et al, s/d., *Ilha de Moçambique*, Alcance Editores, Moçambique.

Santos Júnior, J.R. dos, 1950. *Carta da Pré-história de Moçambique*, Congresso Luso-Espanhol para o progresso da Ciências, 4ª Secç. Ciências Naturais, t.-5:647-656, Lisboa.

Schulten, A. y Maluquer de Motes. J. (dir.), 1987. *Hispania Antigua según Pomponio Mela, Plinio el viejo y Claudio Ptolomeu, Fontes Hispaniae Antiquae, Fasc. VII*, Barcelona.

Sinclair, P. J. J., 1985. *An archaeological reconnaissance of Northern Mozambique, Part I*, Nampula Province. Uppsala: University.

Sinclair, P. J. J., 1986. *Theoretical and methodological aspects of ceramic studies in Mozambique*, Working Papers in African Studies, Nº 20, Department of Cultural Anthropology, Uppsala University, pp. 3-7.

Arq.^a Sandra Rodrigues
Consórcio PI/AWW